



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

134

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0172293-6

COMARCA : Primavera – Vara Única
APELANTE : José Aglailson da Silva
APELADO : Ministério Público do Estado de Pernambuco
PROCURADORA : Dra. Maria Tereza de Oliveira e Silva
RELATORA : Des. Alderita Ramos de Oliveira
REVISOR : Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

EMENTA:

PROCESSO PENAL. TRIBUNAL DO JÚRI. PRELIMINAR DE IMPOSSIBILIDADE DE CONHECIMENTO DO RECURSO EM FACE DA PREVISÃO LEGAL DO ART. 593, § 3º, DO CPP. PROCEDÊNCIA. ALEGAÇÃO DE LEGÍTIMA DEFESA PUTATIVA. DECLASSIFICAÇÃO PARA HOMICÍDIO CULPOSO. IMPOSSIBILIDADE.

5461

I – Descabe segunda apelação, com fundamento no art. 593, III, “d”, do Código de Processo Penal, quando o primeiro recurso foi provido pelo mesmo fundamento, em observância ao estabelecido no §3º, art. 593, do Estatuto de Ritos. Preliminar acolhida à unanimidade.

II – Apelação a que não se conhece. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos da **Apelação Criminal nº 0172293-6**, no qual figuram como partes as retronominadas, **ACORDAM** os Desembargadores componentes da **Terceira Câmara Criminal** do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, **à unanimidade de votos, em acolher a preliminar de não conhecimento do apelo**, nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este aresto.

Recife, 16 de dezembro de 2009.

Presidente

Desa. Alderita Ramos de Oliveira – Relatora



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

135

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0172293-6

COMARCA : Primavera – Vara Única
APELANTE : José Aglailson da Silva
APELADO : Ministério Público do Estado de Pernambuco
PROCURADORA : Dra. Maria Tereza de Oliveira e Silva
RELATORA : Des. Alderita Ramos de Oliveira
REVISOR : Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

RELATÓRIO

José Aglailson da Silva foi denunciado (fls. 02) como incurso nas sanções do artigo 121, § 2º, inciso IV¹, do Código Penal, acusado de ter efetuado vários disparos de arma de fogo contra a vítima Rafael Vicente Ferreira, causando-lhe ferimentos que foram causa de sua morte, fato ocorrido no dia 15 de abril de 2000, por volta das 15:30 horas, na residência do Sr. José Carlos T. da Silva, localizada no Sítio Maracujá, zona rural do Município de Primavera, neste Estado.

Pronunciado (fls. 122/124) e julgado pelo Tribunal do Júri, o réu foi absolvido pelo Conselho de Sentença, que, acolhendo a tese defensiva, entendeu ter agido em legítima defesa putativa, conforme sentença às fls. 127.

Inconformado, o representante do Ministério Público apelou da decisão (fls. 132), nos termos do art. 593, III, "d"², do Código de Processo Penal, alegando que a decisão dos jurados foi manifestamente contrária à prova dos autos.

Recebida por este Sodalício, a apelação ministerial foi apreciada pela Segunda Câmara Criminal em sessão realizada no dia 6 de setembro de 2007, sendo julgada procedente, para submeter o acusado a

¹ Art. 121 - Matar alguém: (...)

§ 2º - Se o homicídio é cometido: (...)

IV - à traição, de emboscada, ou mediante dissimulação ou outro recurso que dificulte ou torne impossível a defesa do ofendido; (...)

² Art. 593 - Caberá apelação no prazo de 5 (cinco) dias: (...)

III - das decisões do Tribunal do Júri, quando: (...)

d) for a decisão dos jurados manifestamente contrária à prova dos autos.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

136

novo julgamento pelo Tribunal Popular, conforme o termo de julgamento de fls. 168.

Submetido a novo julgamento pelo Tribunal do Júri, o apelante foi condenado à pena definitiva de 12 (doze) anos e 6 (seis) meses de reclusão, a ser cumprida em regime inicialmente fechado, como incurso nas sanções do art. 121, § 2º, IV, do Código Penal, conforme sentença de fls. 220/221.

Inconformado, o acusado apelou da decisão do Conselho de Sentença (fls. 222/223), oferecendo as razões de fls. 232/236, pugnando pela anulação da decisão da Corte Laica, para que seja submetido a novo julgamento, uma vez que a decisão foi contrária a prova dos autos, por ter o réu agido em legítima defesa putativa, e, alternativamente, sua condenação por homicídio culposo.

O Ministério Público de 1ª instância apresentou as contra-razões da apelação (fls. 242/244) pugnando, em sede de preliminar, pela inadmissibilidade da insurgência, em observância à previsão legal do art. 593, § 3º, do Estatuto de Ritos, que impossibilita a segunda apelação meritória sob o mesmo fundamento e, no mérito, opina pelo improvimento do recurso, permanecendo irretocável a decisão hostilizada.

A douta Procuradora de Justiça, na pessoa da Dra. Maria Tereza de Oliveira e Silva, ofereceu parecer (fls. 251/255), ratificando os termos das contra-razões oferecidas pelo órgão ministerial de primeira instância, opinando pelo não conhecimento do apelo.

É o relatório.

À douta revisão.

Recife, 29 de Janeiro de 2009.


Desa. Alderita Ramos de Oliveira - Relatora

³ § 3º - Se a apelação se fundar no nº III, d, deste artigo, e o tribunal *ad quem* se convencer de que a decisão dos jurados é manifestamente contrária à prova dos autos, dar-lhe-á provimento para sujeitar o réu a novo julgamento; não se admite, porém, pelo mesmo motivo, segunda apelação.



1373

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0172293-6

COMARCA : Primavera -- Vara Única
APELANTE : José Aglailson da Silva
APELADO : Ministério Público do Estado de Pernambuco
PROCURADORA : Dra. Maria Tereza de Oliveira e Silva
RELATORA : Des. Alderita Ramos de Oliveira
REVISOR : Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

VOTO – PRELIMINAR

Razão assiste à douta Procuradoria de Justiça, no que se refere à arguição de não cabimento do presente recurso por conter pedido juridicamente impossível, nos termos do art. 593, § 3º do Código de Processo Penal.

Com efeito, submetido a julgamento em 22 de agosto de 2006, o acusado foi absolvido pelo Tribunal Popular, nos termos da sentença de fls. 127.

Inconformado, o Ministério Público interpôs recurso de apelação em plenário (fls. 132), sob o argumento de que a sentença absolutória foi contrária à prova dos autos, o qual foi provido pela Segunda Câmara Criminal, conforme o termo de julgamento de fls. 168, submetendo o acusado, via de consequência, a novo julgamento.

Julgado novamente, no dia 17 de junho de 2008, o acusado foi, desta feita, condenado à pena definitiva de 12 (doze) anos e 6 (seis) meses de reclusão, a ser cumprida em regime inicialmente fechado, como incurso nas sanções do art. 121, § 2º, IV, do Código Penal, conforme sentença de fls. 220/221.

Inconformada, a defesa apelou (fls. 222/223), pugnando, em suas razões (fls. 232/236), pela anulação da decisão do Tribunal do Júri, para que o acusado seja submetido a novo julgamento, sob o fundamento de que a decisão foi contrária a provas dos autos, por ter o réu agido em legítima defesa putativa e, alternativamente, pugna por sua condenação pelo cometimento de homicídio culposo.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

138

Vê-se, pois, que a questão já foi apreciada pelo Conselho de Sentença, não se fazendo possível a reapreciação da matéria sob o argumento de que a decisão é contrária às provas dos autos, ex vi do disposto no art. 593, § 3º, última parte, do Código de Processo Penal.

Sobre o tema, assim decidiu o STF, no julgamento do HC 77686-4-RJ-DJU de 16.04.99, *verbis*:

"Uma vez anulado o primeiro julgamento, perante o Tribunal do Júri, em face de apelação interposta com base no art. 593, III, d, do Código de Processo Penal, outro recurso, com o mesmo fundamento, é descabido ainda que apresentado pela outra parte (parágrafo 3º do mesmo dispositivo). Desse modo, fica respeitado o princípio da soberania do júri, tão constitucional quanto o da isonomia. Apelação não conhecida. H.C. indeferido. Precedentes do S.T.F".

No mesmo sentido, à unanimidade e sob minha relatoria, decidiu esta Câmara, *verbis*:

"PENAL E PROCESSUAL PENAL. TRIBUNAL DO JÚRI. PRELIMINAR DE IMPOSSIBILIDADE DE CONHECIMENTO DO RECURSO EM FACE DA PREVISÃO LEGAL DO ART. 593, § 3º, DO CPP. PROCEDÊNCIA. (...)

I – Descabe segunda apelação, com fundamento no art. 593, III, "d", do Código de Processo Penal, quando o primeiro recurso, foi provido pelo mesmo fundamento, em observância ao estabelecido no §3º, art. 593, do Estatuto de Ritos. Preliminar acolhida à unanimidade. (...)

III – Apelo improvido. Decisão unânime."

(Apelação Criminal nº 129717-4, julgada em 06.04.06 e publicada no Diário da Justiça nº 90, de 17.05.2005)

Isto posto, acolho a preliminar suscitada pela douta Procuradoria de Justiça e, por conseguinte, não conheço do recurso de apelação ora interposto, em face do óbice legal contido no art. 593, § 3º do CPP.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

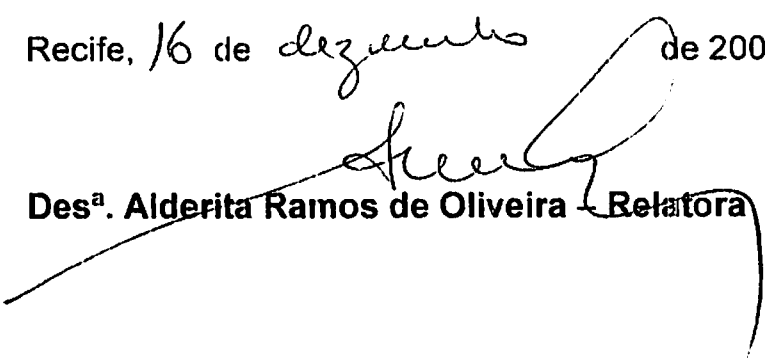
139

O sentenciado, ora apelante, esteve foragido até 02.02.05, quando foi preso. Foi posto em liberdade em face de sua absolvição nos termos da sentença de fls. 127, alvará de soltura expedido às fls. 131.

Considerando a nova decisão proferida pelo Conselho de Sentença que resultou em sua condenação à pena de 12 (doze) anos e 6 (seis) meses de reclusão (fls. 220/221), expeça-se o competente mandado de prisão em desfavor de José Aglailson da Silva, após o trânsito em julgado da presente decisão.

É como voto.

Recife, 16 de dezembro de 2009.


Des^a. Alderita Ramos de Oliveira - Relatora



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ESTADO DE PERNAMBUCO
GAB. DO DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO



140

PROCESSO Nº: 0172293-6
COMARCA: PRIMAVERA
VARA: VARA ÚNICA
APELANTE: JOSÉ AGLAILSON DA SILVA
APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO

VOTO REVISOR

Acompanho o relator, em todos os seus termos, por seus próprios fundamentos, acolhendo a preliminar ministerial, concernente ao **não** conhecimento do recurso¹ e, no mérito, **negando** provimento ao apelo, mantendo a sentença de primeiro grau.

É como voto.

16/12/2009

Cláudio
Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Revisor

¹ - CPP:

Art. 593. Caberá apelação no prazo de 5 (cinco) dias:

III - das decisões do Tribunal do Júri, quando:

d) for a decisão dos jurados manifestamente contrária à prova dos autos.

§ 3º Se a apelação se fundar no nº III, d, deste artigo, e o tribunal *ad quem* se convencer de que a decisão dos jurados é manifestamente contrária à prova dos autos, dar-lhe-á provimento para sujeitar o réu a novo julgamento; **não se admite, porém, pelo mesmo motivo, segunda apelação.**